



O CONCEITO DE POVO NOS ESCRITOS DE MAQUIAVEL DO PROJETO À TESE DA TESE

Fabiana de Jesus Benetti¹

RESUMO: Minha tese, que recebeu como título *O conceito de povo nos escritos de Maquiavel*, começou a ser projetada em 2015 e completou seu tempo de formação em 2021, neste ano ela veio ao mundo e foi apresentada ao seu núcleo acadêmico. Ao final destes anos de trabalho, à pergunta: *afinal, qual é a tese da tua tese?* respondo que: a tese que apresentei e defendi em meu trabalho foi a de que não há uma definição que indique, de modo substancial, o que é povo nos escritos de Maquiavel, povo se diz não pelo o que é, mas pelo que deseja. A começar pelo *Príncipe*, quando Maquiavel apresenta o povo como um dos humores existentes em todas as cidades, ele não nos oferece elementos sociais ou econômicos que nos permitam definir povo; o que o autor faz é nos dizer sobre o desejo que constitui o humor popular: o desejo de não dominação. Quando passamos aos *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e à *História de Florença*, a história parece mudar, tendo em vista que o povo ganha uma face socioeconômica, como é caso da plebe romana e do *popolo* florentino (*popolo minuto* e *popolo grasso*). No entanto, a leitura dos textos faz perceber que estas características são contingentes e que elas servem para fazer conhecer de modo específico o povo romano e o povo florentino, mas não para identificar de modo genérico quem é povo no núcleo das relações políticas. E o que é que permitiria uma tal identificação? A nossa resposta é: novamente os desejos que os caracterizam, tendo em vista que Maquiavel vai reforçar nessas duas obras aquela definição que havia apresentado em *O Príncipe*: o povo é aquele que deseja não ser dominado, em contraponto aos grandes, que se caracterizam pelo desejo de dominação. Nesse texto, pretendo fazer uma breve apresentação do percurso de escrita da tese, começando pela delimitação temática que aconteceu no projeto apresentado na seleção de doutorado.

Palavras-chave: Maquiavel. Humores. Povo. Desejos.

RESUMEN: Mi tesis, que se tituló *El concepto de pueblo en los escritos de Maquiavelo*, comenzó a diseñarse en 2015 y completó su período de formación en 2021. Este año vino al mundo y fue presentada a su núcleo académico. Al final de estos años de trabajo, surge la pregunta: ¿cuál es la tesis de tu tesis? Respondo que: la tesis que presenté y defendí en mi trabajo fue que no existe una definición que indique, de manera sustancial, lo que es el pueblo en los escritos de Maquiavelo, el pueblo se dice no por lo que es, sino por lo que desea. Comenzando con *El Príncipe*, cuando Maquiavelo presenta el pueblo como uno de los humores que existen en todas las ciudades, no nos ofrece elementos sociales o económicos que permitan definir a las gentes, lo que hace el autor es hablarnos del deseo que constituye el humor popular: el deseo de no dominación. Cuando pasamos a los *Discursos Sobre la Primera Década de Livio* y la *Historia de Florencia*, la historia parece cambiar, considerando que el pueblo gana un rostro socioeconómico, como es el caso de la plebe romana y el *popolo* florentino (*popolo minuto* y *popolo grasso*). Sin embargo, la lectura de los textos deja claro que estas características son contingentes y que sirven para dar a conocer de

¹ Doutora em Filosofia. Professora na Unioeste e IFITEO. E-mail: benettifabiana@hotmail.com.

manera específica al pueblo romano y al pueblo florentino, pero no para identificar de manera genérica quiénes son el pueblo en el centro de las relaciones políticas. ¿Y qué permitiría tal identificación? Nuestra respuesta es: nuevamente los deseos que lo caracteriza, teniendo en cuenta que Maquiavelo reforzará en estas dos obras esa definición que había presentado en *El Príncipe*: el pueblo es aquel que no desea ser dominado, a diferencia de los grandes que sí lo son caracterizado por el deseo de dominación. En este texto pretendo hacer una breve presentación del proceso de redacción de la tesis, comenzando por la delimitación temática que se llevó a cabo en el proyecto presentado en la selección doctoral.

Palabras Claves: Maquiavelo. Humores. Pueblo. Deseos.

O PROJETO DA TESE: A FASE EMBRIONÁRIA

Ao começar os estudos que me levaram à escrita de um projeto de doutorado, detive-me no tema do conflito político em Maquiavel. O primeiro elemento que me chamou a atenção nesta temática foi o rompimento de Maquiavel com a tradição política clássica, para a qual, nas melhores formas de regimes político, o que impera é o caráter consensual, no sentido de que o regime é bom se nele as classes distintas da cidade conseguem entrar em acordo. Desse modo, a estabilidade dos regimes é dependente da concórdia existente entre os cidadãos e as relações belicosas são vistas como algo prejudicial à vida na cidade. Contrário a esta avaliação, Maquiavel traz a novidade de pensar, positivamente², os tumultos sociais e, diferente daqueles que viram nos conflitos um sinal de enfermidade do corpo político, Maquiavel analisou-os a partir daquilo que de benéfico pode resultar deles. Para exemplificar, vejamos o que o autor apresenta no quarto capítulo, livro I, dos *Discorsi*, cujo título é “[...] a desunião entre plebe e senado tornou livre e poderosa a república romana”. Ao explicar o porquê de não se dever creditar a grandeza da república de Roma somente à sua *virtù* militar ou à boa fortuna, Maquiavel declara que as boas milícias existem onde também há boa ordem. A ordem em Roma nasceu do conflito entre a plebe e o senado, visto que, para controlar os tumultos advindos da desunião entre os homens, proporcionando a liberdade na república, ordenaram-se leis que, por mais de trezentos anos, serviram para equilibrar os humores distintos, sendo que, segundo o autor, dos Tarquínios aos Gracos, foram poucos os casos em que os tumultos tiveram a violência ou o exílio como consequência. Em vista disso, Maquiavel diz que

² Sobre esta novidade no modo como Maquiavel irá considerar a função do conflito na vida política, Ames observa que a discussão do autor não é original, no sentido de que a noção já estava presente no ideal (grego) de *homonoia* e no ideal (ciceroniano e medieval) de *concordia ordinis*. Para Ames, ao invés de um traço original o que se vê em Maquiavel é a originalidade da reflexão, a partir do momento em que rompe com a tradição filosófica grega “segundo a qual a comunidade civil está fundada na sociabilidade humana, no desejo do bem e do amor à concórdia. No lugar deste ideal Maquiavel coloca o conflito, fundado sobre a oposição dos humores que divide a sociedade em dois grupos antagônicos [...] impossíveis de serem saciados conjuntamente” (Ames, 2013, p. 97-98).

[...] não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o resultado deles não descobrirá que eles deram origem a exílios ou violências em desfavor do bem comum, mas sim a leis e ordenações benéficas à liberdade pública (*Discursos*, I, IV)³.

Essa passagem dos *Discorsi* nos permite ter uma noção acerca da avaliação que Maquiavel faz dos conflitos sociais, mas também nos coloca diante dos atores sociais que tecem a disputa. Nesse caso específico, trata-se da plebe e do senado romano que, no contexto geral dos escritos de Maquiavel, seriam a face dos dois diferentes humores que existem em toda cidade: o humor do povo, caracterizado pelo desejo de não ser dominado nem oprimido pelos grandes, e o humor dos grandes, caracterizado pelo desejo de dominar e oprimir o povo. Foi pensando nesta relação conflituosa da vida política, ou, ainda, pensando no modo como Maquiavel caracteriza o desejo de cada um dos humores da cidade, que delimito o núcleo da pesquisa que pretendia desenvolver. Assim, a investigação que se iniciou pelo tema geral do conflito político, foi recebendo um recorte direcionado aos atores de conflito político, mais especificamente a um dos atores: o povo. A partir desta delimitação, fui construindo o que seria o meu primeiro problema: se, ao descrever o desejo dos grandes, Maquiavel nos indica o desejo positivo de dominação e se, ao descrever o desejo do povo, Maquiavel nos indica o desejo negativo de não ser dominado, a questão que nos propomos a pensar é: no quadro geral do pensamento político de Maquiavel, é possível pensar o povo como um elemento determinante e ativo da vida política? Ou, dizer que o povo é aquele que somente deseja não ser dominado equivale a atribuir-lhe um lugar de passividade política? A nossa hipótese inicial, de resposta a esta questão, era a de que o povo possuiria um papel determinante no pensamento político de Maquiavel, constituindo-se enquanto uma força ativa, repleta de conteúdo político, uma força manifestável tanto em um principado quanto em uma república.

Esta hipótese, de pensar o povo como uma potência no pensamento político de Maquiavel, vai à contramão da interpretação de importantes autores que indicaram um papel passivo do povo no pensamento político do florentino. Em seu livro, *Maquiavel Republicano*, Bignotto indica a posição de Gennaro Sasso e de Chabod acerca da passividade do povo:

Esta é a postura de Gennaro Sasso que afirma: ‘Ainda que tenha sido expressa na harmonia da ‘politeia’, a matéria do humor popular permanece, no fundo, alheia ao processo que a torna ativa: o que significa que a ‘virtù’, que por vezes ilumina, não pertence à matéria – que é por isso privada de luz própria –, é uma virtù, se assim podemos dizer, de segundo grau’. Chabod adota um ponto de vista parecido, criticando a confiança ingênua que alguns autores manifestam no povo:

³ Para facilitar a localização das passagens citadas em qualquer edição, citaremos essa obra pelo título seguido do número em romano correspondente ao livro e do número arábico correspondente ao capítulo.

‘E, portanto, essa confiança confusa no povo, mais forte do que qualquer pessimismo teórico, mas que é necessária para que as armas lhe sejam entregues, é um sentimento ingênuo e obscuro, incapaz de se clarificar e de fugir das contradições’ (Bignotto, 1991, p. 106-107).

Outra indicação parecida encontra-se na tese de Laerte Moreira dos Santos, na qual o autor discorre sobre a *virtù* do povo no pensamento político de Maquiavel. Santos, além de indicar o pensamento de Sasso, faz referência, também, às afirmações de Foucault e de Mansfield sobre a passividade do povo no pensamento do florentino, descrevendo do seguinte modo:

Michel Foucault, por exemplo, durante curso que ministrou no *Collège de France* em 1978 afirmou: ‘Para Maquiavel, no fundo, o povo era essencialmente passivo, ingênuo, ele tinha de servir de instrumento ao príncipe, sem o que ele servia de instrumento aos grandes’. A mesma avaliação tem Mansfield: ‘Para Maquiavel, somente alguns homens são políticos, e eles governam em qualquer regime, não importa como seja chamado. O povo não deseja governar e quando parece governar, está sendo manipulado por seus líderes. Ele é matéria sem forma, corpo sem cabeça. Uma vez que não pode governar, o regime é sempre o governo de um príncipe ou de príncipes’ (Santos, 2011, p. 64).

Contrariando tais teses, no projeto de doutorado apresentei a proposta de desenvolver uma pesquisa que pudesse demonstrar, a partir dos escritos de Maquiavel, que o povo não seria apenas um elemento frágil na dinâmica da vida política, mas sim um elemento imprescindível a ela. As primeiras pistas que apresentei foram as seguintes:

a) No pensamento de Maquiavel, o ato de fundação de um estado (*stato*), por exemplo, caracteriza-se, num primeiro momento, pela violência, pelo uso da força e das armas. No entanto, num segundo momento, é preciso que se abra espaço a recursos que permitam conservar o que foi conquistado. O príncipe só conseguirá reconhecimento por parte dos súditos, firmando-se, assim, como autoridade política, quando suas ações resultarem em benefícios públicos. O fundador de um novo *stato* precisa fazer com que seu poder seja reconhecido enquanto autoridade pública, sabendo que esse reconhecimento é concedido pelos súditos e só é conseguido quando se estabelece uma ordem social que transcenda o estado de pura violência. Com isso, entende-se que escapar à pura ótica da opressão, da força, é estabelecer uma vida política de fato, caso contrário ter-se-ia apenas um governo tirânico, opressor. Mas, como é possível estabelecer uma vida política de fato? De acordo com Bignotto (1991, p.103), “tanto a teoria dos conflitos, como a dos desejos opostos que povoam as cidades, fazem-nos acreditar que a compreensão do fenômeno de liberdade passa pela compreensão do papel desempenhado pelo povo na vida de uma república livre”. Nesta passagem, Bignotto dá ênfase à vida republicana, mas no projeto de doutorado fui construindo o argumento de que, mesmo em estados (*stati*) principescos, a consolidação da vida política passa por um papel desempenhado pelo povo, na medida em que o príncipe precisa de sua aprovação, amizade, a tal ponto de perceber que é melhor apoiar-se nele que nos grandes. Pode-se observar,

aqui, a importância que Maquiavel atribui ao povo em suas obras: se, nos *Discursos*, Maquiavel elege o povo como o guardião da liberdade, em *O Príncipe*, o autor demonstra que aquele que chega ao principado com o favor do povo, mantém-se com menos dificuldades:

E, indo às razões, direi, vendo primeiro o lado dos romanos, que se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se consideramos o objetivo dos nobres e plebeus [*ignobili*], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem (*Discursos*, I, V, p. 24).

Quem chega ao principado com a ajuda dos grandes mantém-se com mais dificuldade do que o que se torna príncipe com a ajuda do povo, porque o primeiro se vê cercado de muitos que parecem iguais, não podendo, por isso, comandá-los nem manejá-los a seu modo. Mas quem chega ao principado com o favor do povo encontra-se sozinho e não tem em torno de si ninguém, ou quase ninguém, que não esteja pronto a obedecê-lo (*O Príncipe*, IX, p. 44).

b) No *Discurso sobre as formas de governo de Florença após a morte do Jovem Lorenzo de Medici*, também encontram-se afirmações que direcionam o olhar a uma importância atribuída por Maquiavel ao povo. No início da obra, o autor analisa as várias mudanças de formas de governo que ocorreram em Florença. Para começar, o autor lembra a reforma feita por Messer Maso degli Albizzi e a pouca duração que teve a república sob sua ordenação; segundo o autor, a república pouco durou tendo em vista os inúmeros defeitos que possuía e o fato de que às desordens acrescentava-se outro motivo “que afetava o todo, e que consistia no fato do povo não ter neste regime a sua parte” (Maquiavel, 2010, p. 60). Na sequência, Maquiavel fala sobre o governo de Cosimo e de Lorenzo (neto de Cosimo) que, segundo o autor, aproximou-se mais de um principado que de uma república. Este segundo governo citado teria tido maior duração, comparado ao primeiro, por duas razões: “a primeira por ter sido feito com o favor do povo e a outra, por ter sido conduzido pela prudência de dois homens [...]” (Maquiavel, 2010, p. 61). Para finalizar, ao avaliar se a família Medici deveria criar em Florença um regime à semelhança do regime de Cosimo, entre vários pontos postos, Maquiavel indica como empecilho o fato de que “aquele *regime* tinha por amigo o povo (universal) e este o tem por inimigo. Aqueles cidadãos jamais tinham visto em Florença um *governo* que parecesse mais *popular* e estes encontraram um que lhes parece mais civil e onde se satisfazem mais” (Maquiavel, 2010, p. 63). Com estas pistas iniciais o projeto foi criado e a tese iniciada.

A TESE DA TESE: E O REDIRECIONAMENTO DO PROJETO

Retomando de um modo breve, as pesquisas que me levaram à escrita da tese partiram da proposta de trabalho que teve a seguinte formulação do problema e da hipótese de tese: no pensamento de Maquiavel, dizer que o povo é aquele que somente deseja não ser dominado equivale a atribuir-lhe um lugar de passividade política? Ou ainda, no quadro geral do pensamento político de Maquiavel, seria possível pensar o povo como um elemento ativo da vida política? A hipótese central era a de que o povo possuiria um papel determinante na vida política, tendo em vista que ele se constituiria enquanto uma força ativa, repleta de conteúdo político. E, no projeto, a fim de dar andamento à pesquisa, estabeleci o objetivo de delinear as características inerentes ao povo no pensamento político de Maquiavel, demonstrando a sua força enquanto agente político. E aqui, o que era a delimitação de um caminho, acabou tornando-se o objetivo central da tese: compreender o conceito de povo nos escritos de Maquiavel.

Partindo, então, dessa virada, as pesquisas sobre o significado da palavra povo (*populo*) me levaram à conclusão de que, nos escritos de Maquiavel, o termo é utilizado a partir dos sentidos de totalidade e de particularidade. Se nos detivermos apenas em uma compreensão terminológica, podemos dizer que há uma multiplicidade de sentidos no que se refere a ser povo: povo pode ser o conjunto das pessoas que vivem sob um regime político, pode ser cidadão, súdito, servo etc. No entanto, toda esta variedade não é novidade do pensamento de Maquiavel, mas um indicativo do desenvolvimento da própria etimologia da palavra povo ao longo da história, ou seja, embora o florentino faça um uso mais sistemático desses termos, os significados não são criações suas.

Atendo-se ao uso mais restrito do termo povo, o de particularidade, pode-se dizer que povo é uma parte, ou seja, é um grupo específico na composição das cidades. Aqui, poder-se-ia argumentar que, novamente, não há novidades trazidas pelo florentino, tendo em vista que povo como parte não é um conceito novo cunhado pelo autor, mas um fato político que atravessa as cidades italianas no período de Maquiavel. Este argumento poderíamos utilizar não fosse Maquiavel definir as partes da cidade como humores. Teríamos aqui, então, a definição do que é povo? A nossa resposta é: temos aqui um caminho para compreendê-lo, mas não para distingui-lo dos grandes, que também são definidos como um humor. Neste sentido, o termo humor é importante para compreender de modo genérico as partes da cidade, ou para definir a composição do corpo político, e não para tornar específico o entendimento sobre cada uma delas. Ora, o que há de específico em cada uma das frações do corpo político é, segundo Maquiavel, aquilo que nasce destes humores, ou seja, os seus desejos. É aqui que Maquiavel traz toda a novidade em torno de povo, não ao definir o que ele é, mas ao definir o que ele deseja. Deste modo, a tese da minha tese é: Maquiavel não define, especificamente, o que é povo, mas o que o povo deseja. É neste desejar que habita toda a diferença que ele carrega com relação ao humor dos grandes, é

neste desejar que mora toda a possibilidade de surgimento do conflito que é de ordem política. Ao voltar a sua reflexão sobre o desejo popular, Maquiavel se afasta de usar determinações sociológicas como um indicativo de quem seria povo, o que também não significa que o autor conceba tais categorias de modo totalmente independente de considerações econômicas, os desejos e apetites populares não têm nelas sua determinação. Por isto, entendemos que não podemos reduzir povo à classe pobre da cidade, assim como não podemos reduzir os grandes à classe rica da cidade. Se pensarmos na própria história da cidade de Florença, vemos que estas categorias econômicas não eram particulares aos Grandes, pois há uma parcela do povo que se constitui pela burguesia que estava em ascensão. Além disto, a história mostra que, sociologicamente falando, povo é um grupo em construção.

Mesmo que em determinado período a gente possa falar sobre povo, reconhecendo nele certos aspectos da sua cultura, da sua condição econômica, política etc., isto não significa que povo possa ser universalizado a partir dessas coisas. O mesmo acontece com relação aos espaços, visto que as determinações sociológicas de povo podem ser diferentes nas diferentes ordenações políticas. Isto é o que nos lembram as análises que Maquiavel faz dos povos da França e da Alemanha, porque enquanto um é caracterizado pela miséria, o outro é caracterizado pelas riquezas; enquanto um é caracterizado pela opressão, o outro é caracterizado pela vida livre. Ao relacionar o povo com o seu desejo, Maquiavel sintetiza o que é ser povo sem que se precise recorrer, especificamente, a estas determinações sociológicas e econômicas. Isto não significa que, numa análise mais pontual sobre um povo, tais fatores devam ser ignorados, mas significa que não são eles que conferem uma identidade política à categoria povo: o que lhe confere, então, identidade? Apenas aquilo que há de mais político nele, o seu desejo de não dominação. Deste modo, independentemente do que é ou foi povo em certos espaços e tempos, povo será sempre aquele que possui um desejo específico que o coloca em luta contra o desejo dominador dos grandes.

Ao caracterizar o povo a partir de seu desejo, Maquiavel também permite distinguir o termo povo (*populo*) de outros que aparecem como seu sinônimo: a multidão, o vulgo, o grande número (*universale*), a plebe. Além da classificação de povo por extratos econômicos, também é comum uma classificação quantitativa, ou seja, povo entendido como o maior número. O próprio Maquiavel, no capítulo IX, usa este critério numérico indicando que o povo é composto por muitos e os grandes por poucos. No entanto, isso não é o mais importante e, mesmo que Maquiavel possa falar de povo como a multidão ou o grande número, esta característica é apenas contingente. Inclusive, o capítulo IX de *O Príncipe* contém uma particularidade: não há uma referência ao povo e aos grandes que possa ser associada à história. Diferente disto é o caso dos *Discorsi*, em que o

povo e os grandes são associados à plebe e ao senado romano. Nesse caso, tendo a possibilidade de identificar as configurações sociais da plebe, poderíamos nos inclinar a definir povo a partir destas configurações, mas, ao invés disso, temos que entender o porquê de Maquiavel dar à plebe o *status* de povo. A resposta é dada pelo próprio Maquiavel, quando ele insere senado e plebe no binômio do conflito, demonstrando que, em Roma, eram estas as partes caracterizadas pelo desejo de dominação e não dominação. E, aqui, voltamos à ideia de que a teoria dos humores sintetiza quem é grande e quem é povo na história das relações políticas. Por um lado, ela é uma síntese de quem foi grande e povo, como se Maquiavel dissesse que subjacente a toda determinação sociológica esteve o desejo de dominar dos grandes e o desejo de não ser dominado do povo; por outro lado, ela serve de parâmetro para reconhecer tais atores políticos não só no passado, mas em todas as cidades que existem, como Maquiavel diz no capítulo IX de *O Príncipe*. Plebe é povo não porque os dois termos sejam sinônimos, mas porque a plebe se faz povo ao confrontar o seu desejo de não ser dominada ao desejo de dominação do senado romano, alcançando um lugar no governo daquela cidade, um confronto que nos coloca diante da potência política de povo no seio da vida política.

REFERÊNCIAS

- AMES, José Luiz. Função do conflito sob um governo principesco: poder político e jogo de alianças em Maquiavel. In: ADVERSE, Helton (org). *Filosofia Política no Renascimento Italiano*. São Paulo: Annablume, 2013, p. 97-144.
- BENETTI, Fabiana de Jesus. *O Conceito de povo nos escritos de Maquiavel*. 189 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5569>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1991.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Diálogo sobre nossa língua e Discursos sobre as formas de Governo de Florença*. Helton Adverse (org.). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução: MF, São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le Opere*. A cura di Mario Martelli. Firenze: Sansoni, 1992.
- SANTOS, Laerte. *A virtù do povo na filosofia de Maquiavel*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São

Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-20122019-163506/pt-br.php>. Acesso em: 17 jan. 2016.